

# Diário do Legislativo de 15/10/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Arlen Santiago (PTB)

### 2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes( PC do B) e Maria Tereza Lara ( PT)

### 3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

### 4) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Leonardo Moreira

### 5) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

### 6) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### 7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB); José Milton (PSDB), Paulo Piau (PP)

### 8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

### 9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente  
Piau

Deputado BPSB  
Dalmo Ribeiro  
Silva

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Jô Bloco  
Moraes PT/PcdoB

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP  
Coelho

Deputado Alencar da BPSB  
Silveira Jr.

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PcdoB

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente  
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente  
César

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputada Cecília Bloco  
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado PP  
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo PL  
Moreira

Deputado Doutor PFL  
Viana

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PCdoB

Deputado Dimas PP  
Fabiano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio BPSP Presidente  
Mourão

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado Ermanno Batista BPSP

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputado Durval Ângelo Bloco  
PT/PCdoB

Deputado Leonardo PL  
Moreira

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco  
Prado PT/PCdoB

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente  
Pacífico

Deputada Vanessa BPSB Vice-Presidente  
Lucas

Deputada Maria Bloco  
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Moraes Bloco  
PT/PCdoB

Deputado Jayro PL  
Lessa

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PSDB  
Ferotaco

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Carvalho Roberto Bloco PT/PCdoB

Deputado Quintão Leonardo PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Resende Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PSDB  
Ferotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB  
Lara

Deputado Alberto PTB  
Bejani

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado BPSP  
Sebastião  
Helvécio

Deputado Chico Bloco  
Simões PT/PCdo  
B

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado PFL  
Doutor Viana

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton PSDB

Deputado Neider BPSP  
Moreira

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB  
Correia

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente  
José Haueisen PT/PCdoB

Deputado BPSB Vice-Presidente  
Doutor Ronaldo

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado José PSDB  
Milton

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Carlos BPSB  
Pimenta

Deputada Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Chico Rafael PMDB

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente  
Quintão PT/PCdo  
B

Deputado PFL Vice-Presidente  
Gustavo  
Valadares

Deputado Mauro BPSB  
Lobo

Deputado João PL  
Bittar

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputada Pacífico Lúcia BPSP

Deputado Godinho Olinto BPSP

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente  
B

Deputado Luiz BPSP  
Humberto Carneiro

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Doutor Viana PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco  
Hauelsen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado João Bittar PL

Deputado Valadares Gustavo PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia	BPSP	Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdo B	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	
Deputado Antônio Genaro	PL	
Deputado Dimas Fabiano	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sawan	Fahim	BPSP
Deputado Ângelo	Durval	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ronaldo	Doutor	BPSP
Deputado Barbosa	Irani	PL
Deputado Gil Pereira		PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte	Bloco PT/PCdo B	Presidente
Deputado Fahim Sawan	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	BPSP	
Deputado Neider Moreira	BPSP	
Deputado Célio Moreira	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco PT/PCdoB  
Simões

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Roberto PL  
Ramos

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Sargento Rodrigues

Deputado PTB Vice-Presidente  
Alberto Bejani

Deputado PL  
Leonardo Moreira

Deputado Zé BPSP  
Maia

Deputado Bloco  
Rogério PT/PCdo  
Correia B

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PTB Presidente  
Alberto Bejani

Deputada Bloco Vice-Presidente  
Marília Campos PT/PCdo  
B

Deputado BPSP  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputado Bloco  
André Quintão PT/PCdo  
B

Deputado PFL  
Elmiro  
Nascimento

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB  
Hauelsen

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente  
Moreira

Deputado BPSP Vice-Presidente  
Djalma Diniz

Deputado Bloco  
Laudelino PT/PCdo  
Augusto B

Deputado PMDB  
Adalclever  
Lopes

Deputado Gil PP  
Pereira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sidinho do PSDB  
Ferotaco

Deputado Antônio BPSP  
Carlos Andrada

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB  
Ferramenta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

## COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente  
Paulo César

Deputada BPSP Vice-Presidente  
Maria Olívia

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdo  
B

Deputado PL  
Márcio Passos

Deputado PMDB  
Chico Rafael

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado Alencar da BPSP  
Silveira Jr.

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Antônio PL  
Genaro

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

### SUMÁRIO

#### 1 - ATA

#### 1.1 - Reunião de Debates

#### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

#### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 13/10/2003

Presidência do Deputado Laudelino Augusto

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Bonifácio Mourão - Dalmo Ribeiro Silva - José Henrique - Laudelino Augusto.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Laudelino Augusto) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 87ª reunião ordinária, em 15/10/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação do nome do Professor Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação do Requerimento nº 854/2003, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita ao Diretor-Geral do DER informações sobre o número de multas aplicadas às empresas de transporte coletivo de passageiros nos últimos cinco anos, com a discriminação dos tipos de multas, valor e trechos onde foram aplicadas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 855/2003, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita ao Diretor-Geral do DER informação sobre o fechamento das balanças nas rodovias do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento

Votação do Requerimento nº 877/2003, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais o envio a esta Comissão de relatório dos repasses feitos nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002, e nos meses de janeiro a junho de 2003, do lucro da loteria, com as fotocópias das notas fiscais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 885/2003, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado

de Minas Gerais o envio a esta Casa de cópia do projeto de planejamento e orçamento da mudança da 11ª Cia da PMMG, atualmente estabelecida no Conjunto Teixeira Dias, região do Barreiro. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 901/2003, da Comissão de Educação, em que solicita à Secretária da Educação informações a respeito da existência de verba oriunda de banco internacional e de outros convênios, que seria destinada à criação de grêmios estudantis nas escolas estaduais de ensino médio. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 902/2003, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita informações ao Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária acerca dos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra nos Municípios de Vazante, Lagamar e Guarda-Mor. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o serviço disque denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça e com as Emendas de nºs 3 e 4, da Comissão de Meio Ambiente .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 304/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que altera o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.396, de 6/1/94, que cria o Fundo de Fomento Sócio-Econômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 361/2003, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas rodovias estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 740/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goianá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 15/10/2003

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 583/2003, do Deputado Neider Moreira; 712, 779 e 785/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.571/2003, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 15/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 316/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.589/2003, do Deputado Biel Rocha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial da Expansão do Metrô , a realizar-se às 14h30min do dia 15/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão Especial da Cafeicultura Mineira, a realizar-se às 9h30min do dia 16/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Srs. Deputado Federal Odelmo Leão, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Fuad Jorge Nonam Filho, Secretário da Fazenda; Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da CNA - Confederação Nacional da Agricultura - ; Antônio de Pádua Silva, Presidente do Sindifisco; Cleber Marques de Paiva, Presidente do Centro de Comércio de Café de Varginha - CCCMG - ; e Orlando Editori, Diretor Superintendente da COOPARAÍSO - Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Vanessa Lucas, Antônio Júlio, Irani Barbosa e Maria Tereza Lara, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 15/10/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e se votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.078/03, do Vice-Governador do Estado e se discutirem e se votarem proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2003 .

Lúcia Pacífico, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Durval Ângelo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/10/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 50, 892, 992, 1.026, 5, 24, 540, 644, 663, 814, 823, 863, 993, 998, 1.037, 1.039, 1.040, 1.059, 1.071, 1.079, 1.080, 1.081, 1.082, 1.083, 1.139, 948, 952, 963, 980, 1.041, 1.043, 1.049, 1.052, 1.054, 1.055, 1.060 e 1.063/2003 e o Projeto de Resolução nº 765/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003 .

Bonifácio Mourão, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 10/2003

Do Sr. Francisco Welington Gonçalves de Souza, Presidente da Cáritas Diocesana de Januária, propondo seja realizada audiência pública da Comissão de Participação Popular nesse município, com a finalidade de discutir a questão ambiental do rio Pandeiros.(- À Comissão de Participação Popular.)

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 11/2003

Do Sr. Rômulo Antônio Viegas, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, encaminhando as deliberações da 5ª Conferência Estadual de Assistência Social, com pedido de que sejam incluídas no PPAG. (- À Comissão de Participação Popular.)

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 443/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz - NAEMEC -, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A associação citada mantém um projeto assistencial denominado Casa da Esperança, cuja missão é assistir e abrigar pessoas carentes com seqüelas de paralisia cerebral, totalmente dependentes e com limitação de suas atividades físicas e mentais. Também promove a reeducação de marginalizados, bem como de crianças e adolescentes em faixa de risco pessoal e social.

Para atingir tais objetivos, ministra cursos de reeducação e promoção humana, de capacitação e profissionalização. Essas atividades ficarão a cargo do projeto Instituto Espírita Alma Saudável.

#### Conclusão

Pelas razões aludidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 443/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 488/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Araújos, com sede nesse município.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Fundada em novembro de 2000, a APAE de Araújos vem, desde então, desenvolvendo relevantes serviços de natureza filantrópica, voltados em especial para a assistência social, educacional e cultural, sempre com vistas à proteção do excepcional.

Para a consecução desse fim, ela, entre outras atividades, promove medidas que visem a assegurar o ajustamento e o bem-estar dessa pessoa especial; auxilia na criação de cooperativas, escolas especializadas, oficinas pedagógicas e classes especiais em entidades públicas e privadas; além de manter unidades de atendimento, serve de órgão de articulação com outras entidades do município que defendam a mesma causa.

É por si evidente que os trabalhos desenvolvidos por essa entidade constitui inestimável parceria com o poder público na busca da melhoria da qualidade do aludido segmento, pelo que a consideramos merecedora do título declaratório de utilidade pública estadual.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 488/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 541/2003

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, a proposição em tela tem por escopo seja dada a denominação de Rodovia Newton Penido ao trecho da MG-050 que interliga os Municípios de Juatuba e Itaúna.

Após exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 102, XII, c/c o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A indicação do nome de Newton Penido para denominar bem público revela-se-nos justa e oportuna homenagem a quem decisivamente participou da história do Município de Itaúna com seu trabalho e inteira dedicação ao próximo.

Com efeito, essa personalidade desempenhou as mais diversas atividades, como as de sapateiro, balconista de loja, tropeiro, ajudante de caminhão e motorista, chegando a fazendeiro.

Destacou-se como Presidente da Cooperativa Agropecuária de Itaúna, por 12 anos, e como empresário nos setores de autopeças e de recapagem de pneus. Ao mesmo tempo, preocupado com os problemas públicos, enveredou-se pela política, elegendo-se Vereador por vários mandatos, chegando a ocupar a Presidência da Câmara Municipal de Itaúna.

Também foi exemplar chefe de família, honrado esposo e dedicado pai.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 541/2003.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2003.

Djalma Diniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 820/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, a proposição em tela tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Ativa dos Moradores do Bairro São Judas Tadeu, com sede no Município de Ponte Nova.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Agora, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

Instituída no Município de Ponte Nova, em 1999, na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, a Associação em referência tem por finalidades, relacionadas no art. 2º de seu estatuto: a) identificar e analisar os problemas da comunidade nas diversas áreas e buscar meios para solucioná-los; b) proteger a família, gestantes, crianças e idosos por meio da doação de medicamentos e equipamentos para deficientes; c) prestar assistência médico-hospitalar, odontológica e auxílio funeral aos carentes; d) combater a fome e a pobreza pela doação de cestas básicas e distribuição de agasalhos; e) estimular atividades esportivas e culturais; e f) conscientizar a comunidade da importância da defesa do meio ambiente.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 820/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 869/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Neider Moreira, pretende declarar de utilidade pública a Associação de Apoio e Recuperação de Dependentes Químicos de Itaúna - Comunidade Magnificat, com sede nesse município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, fundada em 19/3/2000, é uma sociedade civil com personalidade jurídica.

Seus objetivos precípuos são: a) promoção de atividades de apoio e recuperação de dependentes químicos; b) assistência e orientação aos familiares dos recuperandos; c) desenvolvimento de cursos profissionalizantes gratuitos ou mediante o pagamento de taxas, para os que puderem fazê-lo, visando à integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho; d) combate à fome e à pobreza, buscando o melhoramento necessário ao bem-estar das pessoas carentes da comunidade servida por ela.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 869/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 872/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Márcio Passos, o Projeto de Lei nº 872/2003 objetiva declarar de utilidade pública a Associação Beneficente das Crianças Carentes Cristã Democrata, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após ser publicada, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Beneficente das Crianças Carentes Cristã Democrata possui caráter educativo e sociocultural.

Além das atividades que abrangem as áreas mencionadas, promove campanhas e mutirões, buscando zelar pela melhoria das condições de vida dos menores carentes.

Por oferecer importantes serviços à comunidade, nada mais justo que a declaração de sua utilidade pública, como forma de reconhecimento à sua destacada importância no âmbito assistencial.

Conclusão

Em face do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 872/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 879/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Deputado Zé Maia, por meio do Projeto de Lei nº 879/2003, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Balduíno, com sede no Município de Canápolis.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Fundada em 13/8/86, a Associação de Moradores do Bairro Balduino vem, desde então, desenvolvendo programas direcionados às crianças, aos idosos e à família em geral, abrangendo as áreas de educação, saúde e alimentação.

No intuito de proporcionar aos associados melhor qualidade de vida, fomenta iniciativas que atendam às necessidades emergenciais apontadas pela comunidade.

Com o objetivo de inserir seus membros no mercado de trabalho, amplia os conhecimentos e as habilidades destes por meio de programas educacionais e cursos profissionalizantes, conciliando-os com a política de desenvolvimento regional.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 879/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 901/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Dilzon Melo, o Projeto de Lei nº 901/2003 objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Apoio ao Menor e Assistência Educacional - AAMAE -, com sede no Município de Campos Gerais.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação de Apoio ao Menor e Assistência Educacional, fundada em 27/9/98, sem fins lucrativos, tem por objetivo manter e desenvolver programas de apoio e assistência a crianças e adolescentes.

Um deles, o Programa Cantinho Feliz consiste no atendimento a crianças e adolescentes carentes de 7 a 14 anos, para reeducação, acompanhamento escolar, prática de esportes, acesso ao lazer e à cultura; e o outro, o Programa de Profissionalização, é destinado a adolescentes, preferencialmente carentes, ou a autores de ato infracional, de 14 a 18 anos.

Com o desenvolvimentos de seus projetos, busca atender ao direito básico das crianças de crescerem e se desenvolverem em ambiente saudável.

Em virtude do trabalho desenvolvido pela entidade, justo e meritório torna-se o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 901/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 917/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em epígrafe tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Assistência Social Pio XII, com sede no Município de Frutal.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A referida entidade tem por objetivo primordial prestar assistência médico-odontológica e psicológica ao idoso e à criança carente na fase escolar, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso. Ademais, orienta a comunidade no intento de prevenir a prostituição, a violência e o uso de drogas.

Somos, pois, favoráveis a que se outorgue à Assistência Social Pio XII, em reconhecimento à relevância de suas atividades, o pretendido título declaratório de utilidade pública estadual.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 917/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 923/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Sargento Rodrigues, a proposição em epígrafe tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Jardim América, com sede no Município de Campo Belo.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Constituem objetivos da Associação dos Moradores do Bairro Jardim América: promover a união dos seus associados, mediante debates sobre os problemas comunitários e a busca de alternativas para solucioná-los; celebrar acordos, contratos ou convênios com órgãos ou instituições públicas ou privadas, com a finalidade de promover melhorias para a comunidade; proporcionar aos associados atividades cívicas, recreativas e culturais; e prestar assistência às famílias carentes que comprovadamente não possuam condições para se manter com dignidade.

Em razão da natureza das atividades da entidade, afigura-se-nos oportuno que se lhe conceda o pretendido título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 923/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 994/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Banda de Música Corporação José Ferreira Gomes, com sede no Município de Piedade de Ponte Nova.

Preliminarmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade mencionada no relatório tem como finalidade estimular o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas da comunidade, especialmente o gosto pela música.

Ao longo de sua existência, sempre se fez presente em solenidades cívicas, atividades religiosas ou eventos sociais, a convite de congregações religiosas ou das Prefeituras, abrilhantando-os com a sua participação.

Portanto, justa se faz a outorga do título de utilidade pública à Banda de Música Corporação José Ferreira Gomes, do Município de Piedade de Ponte Nova.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 994/2003.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2003.

Adalclever Lopes, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 97/2003

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Júnior, o Projeto de Lei nº 97/2003 tem como objetivo alterar os critérios para a cobrança de tarifas relativas ao serviço de abastecimento de água prestado pela COPASA - MG.

Em seu exame prévio, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do substitutivo que apresentou. Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição em exame visa a estabelecer que a tarifa relativa aos serviços de água e esgoto prestados pela COPASA - MG tomará como parâmetro o consumo efetivo no caso dos condomínios residenciais. Com isso, pretende-se extinguir a cobrança de tarifa mínima, adotada pela empresa e consubstanciada nos termos do art. 15 do Decreto nº 33.611, de 1992:

"Art. 15 - A conta mínima de água resultará do produto da tarifa mínima pelo consumo mínimo, por economia, observadas as quantidades de economia de cada categoria e o serviço utilizado pelo usuário.

Parágrafo único - O volume mínimo, para fins de tarifação, por economia, não será inferior a 10 (dez) metros cúbicos mensais, para todas as categorias."

Não nos parece adequada a medida constante do projeto em exame, porque a cobrança de tarifa mínima se justifica pela existência de custo operacional decorrente do simples fato de a empresa colocar o serviço à disposição do usuário, ainda que este não o utilize. Ora, a empresa precisa investir em obras e arcar com despesas de manutenção para colocar o serviço à disposição, despesas essas que pouco se alteram se o usuário deixa de consumir água por determinado período. Esse custo deve ser dividido por todos os usuários, independentemente do consumo efetivo da água e do serviço de esgoto. Por isso, todos devem contribuir para a manutenção da rede dos serviços de água e esgoto, razão pela qual aquele que não a utiliza paga uma tarifa mínima, fixada na forma do dispositivo mencionado.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 97/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Fábio Avelar, relator - Paulo Piau - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 311/2003

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe disciplina a utilização de câmeras de vídeo, como medida de segurança, em bens de domínio público do Estado, tais como presídios, escolas e rodovias.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 29/3/2003, foi a matéria distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 188, c/c o art. 102, XV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame versa sobre a utilização de câmeras de vídeo para o monitoramento eletrônico de bens públicos de propriedade do Estado, tais como presídios, escolas e estradas.

A segurança dos cidadãos tem sido uma preocupação recorrente tanto do Estado como da sociedade civil. De fato, em razão do aumento dos índices de criminalidade violenta, principalmente nos grandes centros urbanos, a população tem requerido maior presença do Estado na preservação de sua segurança. A insegurança tem sido um sentimento compartilhado por todos os segmentos sociais no País, assim como o desejo de mudança desse quadro. Dessa forma, a aspiração por segurança assume um caráter amplamente democrático, reivindicada como direito de cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de todos os cidadãos.

A fome, a criminalidade, a corrupção, o desemprego, a permanência do trabalho forçado e da exploração do trabalho infantil, além da perversa desigualdade social são manifestações da violência que assola o País. Para se combater essa violência deve-se buscar combinar programas sociais com aqueles de caráter preventivo e repressivo. O uso de câmeras de vídeo para a vigilância dos bens de domínio público do Estado reveste-se de uma dupla dimensão: favorece a prevenção, por intimidar a ação delituosa, e auxilia os procedimentos repressivos, por facilitar o reconhecimento de seus autores e possibilitar um mapeamento de áreas mais vulneráveis à sua ação. O acompanhamento em tempo real de bens de domínio público do Estado, por meio da filmagem por câmeras de vídeo, cumpre a função de proteção dos cidadãos que por eles transitam: funcionários públicos no exercício de suas funções, os que buscam serviços, os que estejam em trânsito na malha viária estadual, os que se encontrem sob tutela do Estado em estabelecimentos prisionais. Esse mesmo acompanhamento possibilita, ainda, a vigilância patrimonial das instituições públicas do Estado.

Importa salientar que o projeto de lei em pauta preocupa-se com a preservação da integridade e da imagem das pessoas, ao determinar a

identificação dos locais de instalação das câmeras para conhecimento de todos, o que por si só já intimida a prática de atos delituosos, e, ainda, ao restringir o acesso às imagens apenas para a instrução de processo administrativo ou criminal.

Em face do exposto, a proposição em tela contribui para o combate à criminalidade e o aumento da segurança de seus cidadãos.

No entanto, para garantir uma amplitude maior da proposição em pauta e adequá-la aos ditames da boa técnica legislativa, faz-se necessária a correção de sua redação, por meio das Emendas nºs 2 e 3, apresentadas no final deste parecer. A Emenda nº 2 propõe a substituição, no texto do projeto, das expressões "imóveis do domínio público estadual" (art. 1º) e "imóvel público estadual de uso comum do povo" (art. 5º) pela expressão "bens de domínio público do Estado". A expressão "imóvel" é restritiva e pouco adequada à caracterização das estradas, o que justifica sua substituição. Já a expressão "de uso comum do povo", quando relativa aos bens públicos, refere-se apenas a mares, rios, estradas, ruas e praças, o que acaba por restringir a abrangência pretendida pelo art. 5º da proposição. A expressão "bens de domínio público do Estado" revela-se adequada, uma vez que incorpora os bens de uso comum do povo e os de uso especial, esses últimos entendidos como edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento público – no caso, estadual. A Emenda nº 3, por sua vez, propõe a substituição da expressão "focalização de", em todo o projeto, por "gravação de imagens por câmeras de vídeo em".

Com essas modificações e com a emenda supressiva, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, julgamos aprimorar o projeto de lei em tela, de relevada importância para a preservação da segurança pública no Estado.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 311/2003, em 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e com as seguintes Emendas nºs 2 e 3.

#### EMENDA Nº 2

Substitua-se, no texto do projeto, as expressões "imóveis do domínio público estadual" e "imóvel público estadual de uso comum do povo" por "bens de domínio público do Estado".

#### EMENDA Nº 3

Substitua-se, no texto do projeto, a expressão "focalização de" pela expressão "gravação de imagens por câmeras de vídeo em".

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Rogério Correia, relator - Zé Maia - Alberto Bejani.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 318/2003

#### Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Quintão, o projeto de lei sob comento tem por objetivo alterar o inciso II do art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências.

Esgotado o prazo regimental sem que a Comissão de Constituição e Justiça examinasse preliminarmente o projeto, foi ele encaminhado a este órgão colegiado, a fim de ser apreciado quanto ao mérito, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Trata a proposição em comento de reduzir o tempo de funcionamento exigido das entidades filantrópicas, para se tornarem aptas a receber o título declaratório de utilidade pública, de 2 para 1 ano, propondo assim a alteração do inciso II do art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Também tramita na Casa o Projeto de Lei nº 895/2003 - anexado a essa proposição - com vistas a incluir o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social entre as autoridades que podem atestar sobre o funcionamento de entidade, a idoneidade e a não-remuneração da sua diretoria, enunciadas no parágrafo único do art. 1º da referida lei.

A justificativa apresentada para a redução do prazo é a de que, a par da importância de ter a sociedade civil como voluntária e parceira do Estado nas ações de enfrentamento da pobreza e da exclusão social - ações estas, diga-se, constitucionalmente a ele reservadas -, é conveniente e oportuno que as instituições filantrópicas, aí incluídas as organizações não governamentais - ONGs - possam estar aptas, já a partir do primeiro ano de sua constituição e funcionamento no Estado, a desempenhar atividades de cunho social, como aliadas do poder público.

Por sua vez, o fundamento do projeto de lei mencionado, de autoria da Deputada Ana Maria, consiste no reconhecimento de que a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS -, um dos mais eficientes instrumentos de que a sociedade dispõe para combater a pobreza, prevê a criação de Conselhos Municipais, formados por membros do poder público e da sociedade civil, com a função de estabelecer prioridades sociais e definir formas de atuação visando garantir às camadas mais pobres da população o acesso a serviços sociais, entre eles a saúde, a educação e o emprego.

Dessa forma, infere-se a relevância de se incluir o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social no rol das autoridades competentes a expedir o atestado retromencionado.

No entanto, para que se possa ajustar esta proposta ao projeto de lei em apreciação, cumpre-nos apresentar-lhe substitutivo, formalizado na parte conclusiva deste parecer.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 318/2003 na forma do Substitutivo nº 1.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera o art. 1º da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - As associações e fundações constituídas no Estado, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública desde que comprovem:

I - que adquiriram personalidade jurídica;

II - que estão em funcionamento há mais de um ano;

III - que os cargos de sua direção não são remunerados;

IV - que seus diretores são pessoas idôneas.

Parágrafo único - O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV deste artigo poderá ser firmado pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Juiz de Paz, Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Delegado de Polícia, ou seus substitutos legais, do município ou da comarca em que as entidades forem sediadas."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Fábio Avelar, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Paulo Piau.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

#### 84ª Reunião ordinária

#### Discursos Proferidos em 8/10/2003

O Deputado Ermano Batista\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para, em poucas palavras, fazer a apologia da virtude da retratação. Um escritor sacro disse que o sono pode vir à noite, mas a alegria sempre vem pela manhã. Isso significa que na vida temos as noites, as dificuldades. No entanto, se guardarmos boas qualidades, teremos como prêmio o dia, simbolizando a alegria e o prazer de viver.

Espinosa, o filósofo judeu, disse que a gratidão humana é passageira, mas cessa sempre diante de um interesse qualquer. Se com a gratidão é assim, não é menos verdade que ocorre a mesma coisa com a ingratidão. Ingratidão quando não praticada de forma intencional, de forma velada, planejada, com o intuito de cometer injustiça, porque tudo que é ingrato é injusto, mas nem tudo que é injusto é ingratidão. Esta ocorre quando você descobre que foi injusto e não se retrata. A partir daí, caracteriza-se o processo de ingratidão.

Faço esse preâmbulo para referir-me a um artigo que li em um jornal de Belo Horizonte, escrito pelo jornalista e Presidente do Conselho Consultivo do Condomínio dos Associados, Dr. Hindemburgo Pereira Diniz, que recebeu do Senador Eduardo Azeredo um cartão em que constavam informações sobre o procedimento adotado no Senado Federal. Sr. Presidente, permito-me reproduzir o artigo, solicitando que V. Exa. o faça registrar nos anais da Casa.

O Dr. Hindemburgo diz o seguinte. (- Lê:)

"Recebi do Senador Eduardo Azeredo correspondência transcrita logo adiante, com o texto do ofício a que se refere inscrito abaixo sem parágrafos."

Começa, então, a reproduzir o ofício do Senador Eduardo Azeredo. (- Lê:)

"Prezado Hindemburgo, considerando sua permanente manifestação sobre a autonomia dos Estados e a questão federativa no Brasil, encaminho-lhe cópia do ofício que enviei aos Srs. Governadores e Presidentes de Assembleias Legislativas, alertando para a perda de prerrogativas estaduais consagradas na Constituição Federal de 1988, o que está ocorrendo com a reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados".

Aqui, a correspondência do Senador, dirigida aos Governadores dos Estados. (- Lê:)

"Sr. Governador, em cordial visita, dirijo-me a V. Exa. sobre importante assunto que encaminhei à Assembléia Legislativa do seu Estado. Como é do seu conhecimento, a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2003, a da reforma tributária, propõe a substituição do art. 158 da Constituição Federal, que determina a forma da distribuição do ICMS aos municípios.

Hoje, 75% dos recursos são distribuídos de acordo a participação do município na geração do Valor Adicionado Fiscal - VAF -, e os 25% restantes são distribuídos de acordo com lei estadual. A Proposta de Emenda à Constituição nº 41 propõe que 100% dos recursos sejam distribuídos de acordo com lei complementar a ser votada pelo Congresso Nacional. Ora, o espírito do Congresso Constituinte de 1988 foi

manifestamente de que parte dos recursos devesse passar pelo entendimento dos Deputados Estaduais, representantes do povo, e pela análise do Governo de cada Estado da Federação. Assim aconteceu nesses 15 anos, em maior ou menor grau de envolvimento, enfim, cada Estado usando de sua autonomia constitucional para decidir pelo que melhor conviesse ao seu povo, organizado nas suas cidades. Em Minas Gerais, honrado pelo meu povo para governá-lo, em processo harmônico com a Assembléia Legislativa, pude aprovar, em 1995, a lei de distribuição do ICMS, que inclui avanços importantes, como o ICMS ecológico, o ICMS cultural, além de outros parâmetros de distribuição como educação, saúde, agricultura, receita própria, extensão territorial, população e cota mínima. Tomei a liberdade de fazer alerta à Assembléia Legislativa, pois, com a reforma tributária proposta, essa prerrogativa legislativa estadual será pura e simplesmente transferida para o nível federal, contrariando o espírito constituinte de 1988 e mudando aquilo que está funcionando, e bem. Mesmo se assim não for, se houver aperfeiçoamento a ser feito, que cada Estado o faça. Coloco-me ao seu inteiro dispor e informo-lhe que cópia deste foi enviada para os Senadores do seu Estado".

Recomeça, então, a argumentação do Dr. Hindemburgo Pereira Diniz, em que constatei o nobre processo de digna retratação. (- Lê:)

"A advertência do Senador Eduardo Azeredo está a reclamar atenção e apoio efetivo dos destinatários. Afinal de contas, é dever de todos eles defender prerrogativas que lhes foram asseguradas pelo art. 158 da Constituição, agora sob ameaça de modificação centralista, daquelas que têm contribuído para o definhamento do espírito federativo no Brasil. Temos de aplaudir a atitude do ex-Governador, hoje representante deste Estado no Senado Federal. Se a média dos membros da Câmara Alta do Congresso, responsáveis pela representação das unidades federativas na composição do Poder Legislativo, adotasse a mesma linha, como lhes cumpre, o Brasil seria de fato um Estado federal com maior vocação democrática.

Ao longo dos últimos nove anos, escrevi diversos artigos sobre posições do Senador Eduardo Azeredo. Íntimo amigo do seu pai, admirador da formação que recebeu, naturalmente não neguei elogios a atos positivos de seu Governo. Mas, durante a administração de Itamar Franco, com quem mantenho muito boas relações, desde 1957, critiquei o atual Senador em duas oportunidades e não o defendi nos episódios das transferências dos controles do BEMGE e do CREDIREAL. Acreditei que haviam sido mal vendidos. Passamos um tempo distanciados. Oportunidade gerada por Genival Tourinho fez reencontrarmos-nos. Agora, como "chairman" do BDMG, no exercício da Presidência do Conselho de Administração, que controla ciosamente as decisões maiores daquela casa, tomei conhecimento de que as negociações dos dois Bancos comerciais do Estado efetivaram-se em termos bem diferentes do que foi noticiado apressadamente pela imprensa, sem análises de condições indispensáveis à observação objetiva dos dois negócios. Em artigo que escreverei em futuro próximo, mostrarei haver-se tratado de boa solução e que o valor das vendas foi diversas vezes superior ao divulgado".

Sr. Presidente, nunca vi tanta nobreza. Descobriu o Dr. Hindemburgo que cometera injustiça. Sente-se traído pela má informação, e vítima da precipitação. O homem que não tem motivos externos e muito menos internos e escusos para fazer esse tipo de retratação. Afeito a coisas sérias, ao conhecer a verdade, sente-se libertado por ela e não se contenta em ficar calado, pois o silêncio, nesse caso, é covardia. Qualidade que não passa pela cabeça de um homem nobre, lhano e fino como o Dr. Hindemburgo Pereira Diniz. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, o jornal "Estado de Minas", na edição do início desta semana, trouxe reportagem a respeito do processo de privatização de algumas estradas em nosso Estado, citando a determinação do DNIT de privatizar, dentre outras, a BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo, a BR que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora, a BR-262 e a BR-135, que liga Montes Claros a Belo Horizonte. Li uma vez, depois outra, para saber se o anúncio da privatização da BR-135 não era uma brincadeira de mau gosto. Se não for uma brincadeira, deve haver um total desconhecimento sobre essa BR, verdadeiro desrespeito para com o povo norte-mineiro.

Não é possível que se anuncie a privatização dessa BR, que se encontra numa situação caótica, de total abandono. No início deste ano, a rodovia estava intransitável, e o único benefício realizado foi uma operação emergencial de tapa-buracos, determinada pelo Deputado Agostinho Patrús, Secretário de Obras Públicas. Novo serviço de remendo está sendo feito nessa rodovia, pois, se acontecer o período chuvoso, a rodovia tornar-se-á intransitável ou de altíssimo risco, e certamente ceifará vidas de milhares de pessoas que passam por essa rodovia.

Imagino que essa privatização deve acontecer, principalmente neste momento em que o País está com voracidade arrecadadora e os governos estão procurando todas as oportunidades e chances de tirar dinheiro do povo. A privatização de uma rodovia em boas condições é até defensável e necessária. O povo entenderá isso, pois transitará por rodovia que oferece condições de tráfego, que não tirará vidas, por causa das péssimas condições e de um sem-número de acidentes.

Nós, cidadãos, motoristas, quando passamos por rodovia privatizada, bem sinalizada, que oferece assistência, pagamos a taxa de pedágio e reconhecemos o esforço do governo e da firma que a mantém em ótimas condições. Mas as rodovias do Estado não oferecem condições para serem privatizadas. Até mesmo a BR-381, a Fernão Dias, encontra-se em péssimas condições. No início desta semana, retornava de Alfenas - da entrada de Nepomuceno até Belo Horizonte - e tive o cuidado de contar 136 locais em que a estrada necessita de reparos: as muretas de proteção estão destruídas por causa de acidentes; o mato invade a BR; e, em vários locais, as placas de sinalização também estão destruídas.

A principal rodovia do Estado, construída no Governo Eduardo Azeredo - mas cuja obra não teve continuidade no Governo Itamar Franco, em função da famosa briga do ex-Governador com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso -, necessita, há muito tempo, de conservação. São 105 trechos da entrada de Nepomuceno a Belo Horizonte, que estão destruídos.

Existem ali vários pontos em que a Polícia Federal está presente, mas esta só se preocupa em multar os motoristas, com radares escondidos nas curvas, por detrás das moitas e do mato que invade a estrada. Essa rodovia é anunciada como pronta para ser privatizada. Aliás, os pontos de cobrança de pedágio estão prontos, mas a manutenção na BR-381 não acontece há vários anos.

Essa rodovia, que deveria ser o cartão de visitas do Estado, que integra toda a região metropolitana com São Paulo, com o coração econômico do País, não possui condições de ser privatizada.

Anunciou-se a privatização da BR que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora, apesar de também não estar preparada. Se as melhores rodovias não oferecem condições, quicá a BR-135, que tanto provoca acidentes fatais, pela qual não se tem condição de transitar devido a buracos e, várias vezes, foi tema de pronunciamentos de Deputados. O Diretor do DNIT deveria percorrê-la antes de falar tamanha bobagem.

Enviaremos manifesto de protesto ao DNIT e iremos contatar o colega Anderson Adauto, Ministro dos Transportes, para que puxe a orelha dos seus subordinados, evitando, assim, a divulgação de notícias que ofendam o povo mineiro.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Obrigado. Mais uma vez, sentimos a clarividência das palavras de V. Exa. O Estado, seguramente, passa por momento, no que diz respeito à malha rodoviária, extremamente difícil, apesar de possuir a maior malha do País. De acordo com informações, não haverá transporte rodoviário no período chuvoso. Pena os trabalhos de recuperação da malha não terem sido iniciados pelos Governos Estadual e Federal durante a temporada da seca.

Prefiro utilizar a palavra "concessão" no lugar de "privatização", devido à situação em que se encontram as estradas. Ninguém melhor que nós, que percorremos o Estado, para confirmar o que V. Exa. diz. É preciso tomar posição drástica, caso contrário, o Estado não contará com transporte rodoviário no final do ano. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a contribuição. O Deputado deve também sentir-se indignado. Estão brincando com Minas Gerais. O Governador luta a favor do asfaltamento das vias de acesso aos 236 municípios, cuja maioria se localiza nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas. Honra o mandato, mas deve se manifestar, senão ações dessa natureza continuarão a nos agredir. Não conheço o Diretor do DNIT, deve ser desconhecido do Estado.

Gostaria que a Comissão de Transporte assumisse posição. Devemos checar a veracidade dessas manchetes e desses anúncios. Não podemos simplesmente receber informações dessa natureza e ficarmos parados. Aliás, o povo está paralisado diante de tanta indignação e incompreensão. O que se fez com o povo norte-mineiro foi uma brincadeira de mau gosto.

Nesta tribuna faço um apelo. Devemos enviar ofícios às Prefeituras, às Câmaras Municipais, aos Vereadores e às lideranças das cidades situadas às margens da BR-135, diretamente interessadas na sua recuperação, para que se manifestem. Peço que enviem telegramas ao Ministro Anderson Aduato, à Comissão de Transporte desta Casa e ao Governador Aécio Neves para darmos uma resposta à altura a essa brincadeira. Muito obrigado.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, Deputados e Deputada Maria José Hauelsen, telespectadores da TV Assembléia, especialmente de Conselheiro Lafaiete, de Ouro Branco, de Congonhas e da minha região do Alto Paraopeba e do vale do Piranga, venho a esta tribuna para cumprimentar os Deputados do PL, Antônio Genaro, Célio Moreira, Dinis Pinheiro, Líder da Bancada do PL, Irani Barbosa, Jayro Lessa, João Bittar, Leonardo Moreira, Márcio Passos, Pastor George, Rêmoló Aloise e Roberto Ramos e o Vice-Presidente da República, José Alencar; o Ministro Anderson Aduato, que foi Deputado nesta Casa; o Vice-Governador Clésio Andrade; o Sr. Bilac Pinto, Secretário de Ciência e Tecnologia; o Sr. Aracely de Paula, Secretário de Turismo; a executiva estadual do PL e funcionários; Sr. José Alberto, assessor da bancada que tão bem me atendeu e com quem tive grande convivência. Agradeço-os pela convivência, em nome do Presidente do PL de Minas Gerais, Deputado José Santana. Aliás, o Deputado Sidinho do Ferrotaco, que era membro do PL, filiou-se ao PSDB.

Comuniquei a esta Casa a minha mudança do PL para o PSDB. Retornei ao PSDB, pois, de 1993 a 1998, filiei-me para disputar a eleição de Vereador pelo Município de Conselheiro Lafaiete. Aliás, fui eleito. Os anos de convivência no PSDB dessa região deixaram grandes marcas, pois houve muita produtividade e ação política. Isso pesou na decisão de aceitar o convite recente que recebi para retornar às fileiras desse partido.

Ingressei no PL em 1999, partido no qual tive também as melhores convivências. Filiado a ele exerci meu primeiro mandato nesta Casa e reelegi-me para o segundo mandato, nas últimas eleições.

Portanto, só tenho a agradecer ao PL de Minas Gerais pela convivência do mais alto nível, harmoniosa e amigável. Quero agradecer aos Deputados desse partido, que tão bem nos acolheram, numa convivência fraterna que seguramente deixará saudades. Mas a vida é assim mesmo. Temos sempre novos desafios, e caminhos diferentes daqueles que planejamos são colocados à nossa frente. Nossa mudança partidária nesta Casa representa o início de um novo desafio, de um novo projeto político. Esperamos a compreensão das razões da nossa mudança, da nossa opção político-partidária, por parte dos nossos companheiros do PL, do nosso Presidente Rêmoló Aloise. Com certeza terei, com cada Deputado do PL, a mais fraterna das convivências no caráter pessoal e parlamentar em todas as ações e todos os momentos nesta Casa.

Espero poder realizar, também no PSDB, meu novo partido, aquilo que consegui realizar no PL. Quando assumi o PL na região do Alto Paraopeba e do vale do Piranga, tínhamos apenas dois Prefeitos. Hoje o PL tem 12 Prefeitos naquela região. Tínhamos um pequeno número de Vereadores, e hoje temos mais de 60. Em Conselheiro Lafaiete, instalamos um diretório regional do partido, com o apoio da executiva estadual. Aqui faço uma ressalva quanto ao apoio que tive do ex-companheiro nesta Casa, Deputado Agostinho Silveira, que, como Presidente do PL à época, nos deu todo o apoio para realizarmos, naquela região, um trabalho que fez com que o partido crescesse e conquistasse seu espaço, passando a ter grande força naquela região, fruto não só do nosso trabalho, mas também do trabalho dos nossos companheiros, dos membros dos diretórios municipais, do Presidente do partido em diversos municípios que compõem a região do Alto Paraopeba e do vale do Piranga.

Tenho a consciência tranqüila de que cumpri meu dever e minha responsabilidade. Enquanto estive no partido vesti sua camisa, cumprindo todos os meus compromissos e minhas obrigações, fazendo tudo o que pude e que estava ao meu alcance para o crescimento do partido. Agora, no PSDB, terei o mesmo objetivo e caminho: trabalhar pelo crescimento e fortalecimento do partido, apoiando, nesta Casa, o nosso Governador Aécio Neves na sua dura missão de resgatar para Minas Gerais o espaço que ela merece e precisa no cenário político brasileiro, com sua imagem de Estado progressista, com uma política respeitada no âmbito nacional. Infelizmente não foi assim que o nosso Governador Aécio Neves encontrou o Estado de Minas Gerais. Muito pelo contrário, encontrou o Estado em uma situação difícil, sem o cumprimento de compromissos assumidos anteriormente, uma situação das piores no plano social, de investimentos e estrutura, com baixo nível de emprego, perdendo empresas para outros Estados. É dentro dessa realidade de resgate e recuperação que temos a confiança de que nosso Governador Aécio Neves, com o apoio desta Casa, da sua equipe de trabalho e do povo mineiro, seguramente conseguirá realizar suas ações, com sua experiência, dedicação e inteligência e principalmente interessado em proporcionar ao povo mineiro aquilo que há de melhor. Nosso povo merece, precisa e espera muito do Governo Aécio Neves.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco (em aparte) - Obrigado, Deputado José Milton. Gostaria que V. Exa. me permitisse falar da minha saída do PL e de minha ida para o PSDB. É importante agradecer a parceria dos amigos do PL, porque no partido criamos verdadeiras amizades. Desde o princípio, o PL nos recebeu muito bem.

Ressalto a colaboração que tive do companheiro Dinis Pinheiro. O Deputado é eleito no dia 4 de outubro e toma posse no dia 17 de fevereiro. Com esse vácuo, os principiantes ficam meio perdidos na Casa. Reconheço que o Deputado Dinis Pinheiro abriu as portas de seu gabinete, onde tive oportunidade de conhecer um pouco da Casa, mesmo antes de tomar posse.

Parabenizo V. Exa. pelo trabalho e empenho que teve, organizando, levando a bandeira do PL a sua região. Como estou indo para o PSDB, tenho a tranqüilidade e a felicidade de continuar como seu companheiro de partido. Agradeço aos companheiros do PL, em nível federal, estadual e aos companheiros da Casa.

A situação de cada Deputado é diferente. As candidaturas e as campanhas municipais forçam até os próprios políticos a tomar esse rumo. A minha posição no PSDB é de volta, porque fui seu filiado de 1994 a 2000. Saí para concorrer à cadeira de Deputado pelo PL. Hoje, retornei ao PSDB com aquiescência do PL.

Voltei ao PSDB com a finalidade de representar o Governo do Estado, na pessoa do Governador, na minha cidade e na minha região. Isso é muito importante para mim, para o PSDB e para o próprio Governador. Mudamos a bandeira e a camisa, mas não mudamos os amigos. Parabéns, V. Exa. será muito feliz no PSDB.

O Deputado José Milton - Obrigado, Deputado Sidinho do Ferrotaco, V. Exa. é grande liderança não só em São João del-Rei, mas em toda a região e, na Casa, a representa muito bem. V. Exa. tem pela frente novos desafios em favor do povo de São João del-Rei. Fico honrado e lisonjeado em estar na companhia de V. Exa. também no PSDB.

Cumprimento os demais Deputados do PSDB que não estão presentes. Quero dizer do nosso contentamento em compartilhar com cada um de vocês da luta, das tarefas e das responsabilidades de construir um partido. Faremos o melhor não só para o partido, mas também para que o Governador Aécio Neves, com nosso apoio, consiga realizar em Minas Gerais um Governo à altura da necessidade e do merecimento do povo mineiro, que colocou em suas mãos o destino de Minas Gerais, a responsabilidade de resgatar aquilo que há de melhor para o povo mineiro.

Dentro do espírito do que ressaltou o companheiro Sidinho do Ferrotaco, quero também dizer que procurarei ter com os Deputados do PSDB a melhor convivência, saudável, positiva e fraterna, dando uma contribuição simples e humilde, mas sempre positiva para o crescimento do partido e para uma atuação de alto nível nos trabalhos na Casa.

Agradeço a atenção de todos. Continuamos o nosso trabalho parlamentar na Casa com muita honra, com outros projetos que serão apresentados, mas procurando cumprir acima de tudo a nossa responsabilidade e aquilo que nos delegou o povo de Conselheiro Lafaiete e de toda a região do Alto Paraopeba e do vale do Piranga. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, subo a esta tribuna em momento nacional e estadual adequado, em que as Casas Legislativas analisam os orçamentos e os planos plurianuais, para dirigir-me especialmente à população de Belo Horizonte e de sua região metropolitana e dizer a respeito da necessidade de algumas intervenções em obras estruturantes da nossa região, as quais, há muito tempo, vêm-se arrastando. Diria, Deputada Jô Moraes - adotada por Belo Horizonte e que também tem por esta cidade e por Minas Gerais grande apreço -, que algumas obras transformaram-se em verdadeiras novelas de qualidade duvidosa, arrastando-se ao longo de décadas. Poderia citar, por exemplo, o metrô, cujas obras tiveram início em 1981 e, até hoje, não foram concluídas.

Entretanto, ater-me-ei especificamente ao desafio estruturante relativo à recuperação e à manutenção do Anel Rodoviário. Integro Comissão Especial desta Casa que tem por objetivo, no prazo de 60 dias, examinar e apontar alternativas concretas para transformar a realidade do Anel Rodoviário. A constituição dessa Comissão foi proposta pelo Deputado Célio Moreira, e o Deputado Fábio Avelar é o seu Presidente.

Ontem, essa Comissão realizou audiência pública importante. Nosso Anel Rodoviário tem quase 50 anos de existência, tendo sido criado para ser, de fato, Anel Rodoviário. No entanto, hoje, em função da expansão urbana, transforma-se em verdadeira avenida urbana, com 26,5km de extensão, por onde trafegam cerca de 75 a 85 milhões de veículos por dia. Possui importância metropolitana e estadual e, atualmente, como via de circulação interna. Porém, poderíamos dizer sem exagerar que o Anel Rodoviário, hoje, constitui espécie de "corredor da morte". Levantamento apresentado ontem pela Polícia Rodoviária Estadual demonstra a ocorrência, nos últimos 18 meses, de 1.900 acidentes, aproximadamente, com 54 vítimas fatais, sendo 25 por atropelamento. Há ainda problemas de segurança do trânsito, em decorrência da alta velocidade, da ausência de passarelas e do seu péssimo estado de conservação. Além disso, em determinadas áreas do Anel, há problemas de iluminação, gerando insegurança para os pedestres, por facilitar a existência de esconderijos e de locais destinados à ocorrência de assaltos, homicídios, desovas de corpos, entre outras atrocidades.

Há a necessidade de transposições. Em muitos locais, há um gargalo. Poderíamos citar a Praça São Vicente, no final do Bairro Padre Eustáquio, onde haverá uma outra obra tão necessária em Belo Horizonte, a continuação da Pedro II, com a transferência das famílias da Vila São José. Na verdade, as passarelas são insuficientes. Há um dado estarrecedor: 20% dos veículos transportadores trafegam com excesso de carga no Anel Rodoviário. Há um outro dado socialmente inquietante: o Anel é ocupado, principalmente embaixo de viadutos e em locais próximos à pista de rolamento, por 1.342 famílias. É comum vermos apenas a sarjeta separando a pista de rolamento de algumas construções e crianças brincando à beira do Anel Rodoviário. Essas novelas precisam começar a apresentar um desfecho mais favorável. As alternativas para essa situação já estão apontadas, pois existem projetos de recuperação do Anel, variando entre R\$100.000.000,00 a R\$130.000.000,00. Um dado também preocupante foi revelado ontem. Essa obra não foi incorporada ao Plano Plurianual nacional. É evidente que o Brasil, com seus desgovernos sucessivos, anteriores ao Governo Lula, concentrou uma enormidade de demandas. A irresponsabilidade, a falta de sensibilidade e a discriminação contra Belo Horizonte verificada nos últimos anos deixaram acumular uma série de obras necessárias. Sabemos que são muitas as demandas. A própria conclusão do metrô é uma delas.

Ontem, na Comissão Especial, foi aprovada uma gestão com esse fim. Chamaria a atenção para a necessidade de discutirmos com o relator do Plano Plurianual do Governo Lula, bem como com o Deputado Federal Jorge Bittar, relator do orçamento da União, a incorporação de rubricas específicas para a recuperação do Anel Rodoviário. Senão, sequer a complementação de verba poderemos conseguir com essa finalidade, uma vez que essa é uma exigência da LRF.

Em primeiro lugar, temos de proceder a uma ação política firme, para garantirmos verbas do Plano Plurianual do Governo Lula, ainda que de acordo com um cronograma adequado.

É importante também que o DNIT adote uma política de manutenção permanente do Anel Rodoviário. Em Belo Horizonte, desde o Governo Patrús, e com a continuação administrativa nesse campo do Governo Célio de Castro e do Governo Pimentel, contamos com uma política permanente de capeamento, barateando as ações do poder público que, antigamente, restringiam-se àquele eterno tapa-buraco.

Então, se temos política permanente de conservação, há barateamento, evitando-se o desperdício de recurso público. Precisamos de ação similar no Anel Rodoviário. Não se pode esperar um acidente, um engarrafamento monstro, um caminhão pegar fogo, uma criança morrer, para que se proceda a ações de conservação adequada do Anel Rodoviário.

Outro ponto importante que precisa da parceria do Estado e do poder público municipal é a situação social das famílias. Em Belo Horizonte, temos um programa originado em lei municipal de minha autoria, que prevê o reassentamento de populações atingidas por calamidades ou que devem ser removidas em razão de obras públicas. O PROAS permite a aquisição de imóvel popular para essas famílias. Em levantamento feito, consta a necessidade de R\$16.000.000,00. Porém, em primeiro lugar, é importante o reassentamento dessas 1.342 famílias, além de fiscalização paralela eficiente. Pelos convênios assinados até hoje, essa fiscalização está a cargo da Polícia Rodoviária Estadual. Além disso, é necessário o controle do peso das cargas, porque não há política de conservação capaz de absorver o excesso verificado atualmente no Anel.

Quanto à segurança no trânsito, é importante contarmos com redutores eletrônicos de velocidade em pontos críticos. Ademais, os Poderes Legislativo e Executivo precisam discutir a configuração de um novo contorno na Região Metropolitana. A Assembléia Legislativa vai realizar, em novembro, seminário sobre regiões metropolitanas. O Anel Rodoviário não suporta mais a sobrecarga, o fluxo de veículos. Nesta quinta-feira, dia 9 de outubro, teremos oportunidade de discutir esse assunto, porque um dos projetos estruturadores do Governo Estadual prevê, entre outras, a discussão de plataforma logística para o comércio exterior e para o comércio em geral na região metropolitana, bem como a discussão sobre obras estruturantes, como a duplicação da Antônio Carlos e o novo Anel, no vetor norte da região metropolitana.

Temos uma das mais importantes missões políticas para realizarmos agora. Não adianta deixarmos para o próximo ano. É preciso incluir, no Plano Plurianual do Governo Federal, rubricas destinadas à recuperação do Anel Rodoviário. É necessário ainda discutirmos, no Plano Plurianual do Governo Estadual, nova conformação de tráfego rodoviário e ferroviário em nossa região metropolitana e debatermos os projetos

estruturadores de desenvolvimento econômico do Governo Aécio Neves. Temos de exigir dos poderes públicos fiscalização, rotina de manutenção, iluminação e capina. O arroz com feijão básico hoje não é realizado; não o sendo, quando se debruça sobre uma intervenção de recuperação, chega-se a cifras de R\$100.000.000,00 a R\$150.000.000,00, dependendo do volume de obras de arte, duplicação, passarelas e transposições necessárias.

Felizmente agora, com um Governo sensível às demandas das cidades e regiões metropolitanas, temos esperança de realização de obras, como o metrô e o anel rodoviário.

O Estado deveria dar mais atenção às MGs. A situação no Bairro Ribeiro de Abreu é a mesma na MG que liga a região Nordeste de Belo Horizonte a Santa Luzia. Há várias famílias ao lado da pista de rolamento, sendo precária a manutenção.

Devemos fazer um esforço suprapartidário. Felizmente, a Assembléia está fazendo sua parte. A Comissão Especial tem um amplo calendário até o mês de novembro. Esperamos que esse esforço seja efetivado e concretizado em emendas que, posteriormente, sejam cumpridas pelos Governos Federal e Estadual. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado André Quintão. Está na hora de fazermos um esforço com o Governo Federal, para que a responsabilidade do Anel Rodoviário de Belo Horizonte continue sendo sua. A responsabilidade da conclusão do metrô é do Governo Federal.

Com a administração do competente João Luiz da Silva Dias, ex-Presidente da BHTRANS, indicado, salvo engano, pelo ex-Prefeito Patrus Ananias, tenho certeza de que Minas Gerais, principalmente Belo Horizonte, será lembrada.

O Anel Rodoviário é de responsabilidade do Governo Federal. Foi feita parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os Governos Federal e Estadual, mas se esqueceram da iluminação. Ficou por conta da Prefeitura, que, até agora, não fez sua parte. Como fui Vereador, conheço o problema do Anel Rodoviário. Pessoas denunciaram as invasões às margens do Anel, lotadas de sem-casa. A responsabilidade é do Governo Federal, por meio do DNIT.

Belo Horizonte só tem a ganhar com o bom relacionamento entre o Prefeito Fernando Pimentel, o Governador Aécio Neves e o Presidente Lula. Está na hora de passar a responsabilidade sobre o Anel Rodoviário do Governo Federal para Belo Horizonte, para o transformarmos numa grande Avenida do Contorno.

É grande a dificuldade no trânsito da Praça São Vicente, da Rua Pará de Minas, juntamente com o Anel. Quem acompanha as eleições municipais sabe que o próximo Prefeito fará a continuação da Pedro II.

Tentava, quando ainda era Vereador, fazer a transferência dos moradores da Vila São José para uma região do Barreiro, onde, atualmente, está construído o terminal urbano da BHTRANS, administrado pelo PT. Tudo tem solução. Essa cobrança, independentemente de partido político, precisa ser feita. Convido todos os Deputados, principalmente os votados em Belo Horizonte, para participarem de reunião que será realizada hoje, às 19h30min, na ASPE, associação localizada ao lado da Igreja Padre Eustáquio. A comissão desta Casa, juntamente com representantes do Governo, da CDL e dos moradores, debaterá a construção do centro administrativo na região dos Bairros Padre Eustáquio e Carlos Prates, onde está situado o aeroporto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dado divulgado pelo jornal "Estado de Minas", de domingo, chamou-me a atenção. Trata-se da matéria denominada "Corrida pelo Bilhete Premiado", sobre a distribuição da renda líquida da Loteria Mineira para entidades particulares. Deveríamos criar uma comissão nesta Casa para debater esse repasse, como foi dito pelo Deputado André Quintão.

O que mais chamou a minha atenção foi o balanço financeiro da Loteria Mineira, referente ao período de 1998 a 2003. Conforme o jornal, aquela entidade, de 1999 a abril de 2000, teve um superávit de R\$16.000.000,00. A administração conseguiu algo inédito naquele curto espaço de tempo, ou seja, um ano e cinco meses. Nos outros quatro anos, a Loteria apresentou um déficit de quase R\$9.000.000,00. No entanto, de 1999 a abril de 2000, sob a administração dos Diretores Mário Márcio e Luciano, o superávit foi de R\$16.000.000,00. Depois disso, afastada essa Diretoria, entraram os homens indicados por um segmento do Estado. O balancete por eles apresentado revelou um déficit daquela natureza.

Conforme os dados apresentados pelo jornal "Estado de Minas" - instituição séria, o grande jornal dos mineiros -, a Loteria Mineira também apresentou déficit em 1996 e 1997. Quero entender, e creio que todos devem estar com a mesma dúvida deste Deputado: por que a Loteria Mineira teve superávit de 1999 a 2000?

O que deu errado nos outros anos, e, principalmente, quem está bancando o prejuízo da Loteria Mineira? Levanto também um fato curioso: a direção dos anos 1999 a 2000 foi afastada por improbidade administrativa. Havia R\$16.000.000,00 em caixa, e aquela diretoria foi afastada por improbidade administrativa! Lembro-me de uma briga política existente entre Dyperrat e Hargreaves. Desta tribuna, falamos em diversas ocasiões que o cachorro é o melhor amigo do homem porque não conhece nota de R\$1,00. Quando a loteria começou a dar dinheiro, iniciou-se a briga pelo poder. Jogaram a direção do IPSEMG para o alto, para tirar o Armando Costa do Governo, e pegaram a direção da Loteria Mineira, para jogar o ex-Ministro Hargreaves no chão, mas ele não tinha nada a temer.

A ação pública contra a Loteria e seus dirigentes não chegou ao fim até hoje. Por isso, Sr. Presidente, achamos importante que esta Casa faça uma investigação, pelo menos para matar a curiosidade dos telespectadores da TV Assembléia, dos Deputados e do povo mineiro. Se, em um ano e quatro meses, R\$16.000.000,00 foram deixados em caixa, por que houve improbidade administrativa? Busco informações na Loteria e no Tribunal de Contas, segundo relatório de receitas e despesas, para saber o motivo do déficit e do superávit nesses dois anos.

Sobre a distribuição de verbas, como consta no jornal, precisamos de maiores detalhamentos. Naquela época, o Deputado Alencar tinha fama de que apenas ele conseguia liberar recursos na Loteria. Graças a Deus, o jornal mostrou que nenhum centavo foi destinado para a sua base eleitoral, assim como para as dos Deputados Carlos Pimenta, Wanderley Ávila e Luiz Fernando Faria. Esta Casa tem de analisar essa questão da Loteria. Quem autorizou e distribuiu os recursos sempre foi o Palácio. Portanto, Srs. Deputados, gostaria de saber qual legislação permite o repasse para a Loteria. Acredito que desenvolva trabalho sério e comprometido com a área social, como o exemplo da bolsa de estudos para crianças deficientes, que é muito bem fiscalizada. É necessário que se faça levantamento dessas doações, para que possamos colaborar e propor legislação adequada. Há pouco, falei para o Deputado Carlos Pimenta que a Loteria pode ajudar muito na administração e no trabalho social deste Estado.

Sr. Presidente, gostaria de apresentar um requerimento. (- Lê:)

"Os Deputados que este subscrevem requerem a V. Exa. seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Márcio Antônio Abreu Correia de Marins, com vistas a que se agilize a tramitação do Processo nº 002400031949, ação civil pública proposta pelo Ministério Público contra a Loteria do Estado de Minas Gerais e outros, que tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública, na Comarca de Belo Horizonte".

Essa ação proposta pelo Ministério Público tem a finalidade de apurar irregularidades na Loteria do Estado de Minas Gerais, no período de 1999 a 2000, em que o superávit e a arrecadação foi de R\$16.000.000,00. As irregularidades terão de ser apuradas. Por que, quando deu lucro, houve irregularidade e, quando dá prejuízo, ninguém, nem o Ministério Público, fala nada? É uma situação curiosa, que precisa ser esclarecida por envolver nomes de ex-dirigentes e empresas que mantinham contratos com a Loteria. Vale lembrar que a diretoria, afastada de 1999 a 2000, como consta em reportagem do jornal "Estado de Minas", que deixou em caixa R\$23.000.000,00, superávit de R\$16.000.000,00, passou por uma auditoria do Desembargador Airton Maia. O mesmo Desembargador, que viu as irregularidades do Mineirão, não constatou nenhuma irregularidade na Loteria. Esta Casa, na época, constituiu uma Comissão Especial, e nenhuma irregularidade foi encontrada. Devemos apurar as irregularidades e pedir o julgamento pela justiça com urgência. Por que a Loteria só dá prejuízo depois dessa época, e antes só dava lucro?

Apresento outro requerimento, para que seja sugerido ao Exmo. Sr. Governador Aécio Neves a criação de rede própria de lojas e ou balcões pela Loteria Mineira para revenda de seus produtos.

Quero lembrá-los de que a Loteria Mineira tem de pagar de 3% a 6%, em relação aos produtos vendidos no Estado, à Caixa Econômica Federal. Por isso a criação dessa rede de lojas da Loteria Mineira geraria 6 mil empregos, para recebimento de contas da COPASA, TELEMIG, CEMIG, tributos estaduais e outros. Requeiro também seja implantado pela Loteria do Estado, a loteria de bingo, o funcionamento das máquinas "off line" e a exploração de jogos existentes em outros Estados. Explico. Quando aprovamos uma lei nesta Casa, o Ministério Público apresentou ADIN, por erro de iniciativa. Os Desembargadores deixaram claro que o erro aconteceu porque a iniciativa do projeto foi desta Casa; deveria ter sido da Loteria do Estado, pelo seu Presidente, ou pelo Governador do Estado.

Está na hora de arrecadarmos. Como já disse, a Loteria Mineira vende seus produtos, por meio das casas lotéricas da CEF, pagando serviço médio de 3%. Com a criação da rede própria de loterias, 6 mil empregos diretos e milhares de indiretos serão criados, o que gerará renda de suma importância para o Estado.

Sabemos que a implantação desse projeto e a Lei nº 14.236 darão ao Estado R\$150.000.000,00 por mês. Pasmem, Srs. Deputados, é o dinheiro que o Governo precisa para as obras sociais e para a UEMG.

Na oportunidade, faço denúncia aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, a mesma que fiz há anos: as revistas de circulação nacional - entregarei uma para cada Deputado - fazem propaganda da loteria "El Gordo". Essa loteria é da Espanha, que fica com todos os recursos. Esse bilhete é vendido no Brasil. Exploram a loteria no Estado: a Loteria Federal, tudo bem, o dinheiro fica na Federação; e o dinheiro da Loteria Mineira fica no Estado. Mas vender bilhete de loteria da Espanha no Brasil, fica difícil.

Completando, começaram as propagandas dos transatlânticos que chegam ao Brasil no próximo mês. São oito navios com cassinos que chegam a todo o litoral. Lembro que o jogo é proibido nesta terra, mas no mar não é. Temos de acabar com essa hipocrisia. O jogo existe, e está na hora de termos coragem de legalizá-lo. Aplicaremos o dinheiro na educação e na segurança pública, para um futuro melhor para nossos filhos e netos.

Lembro mais uma vez que loteria de outro país é vendida aqui, e cassinos de outros países estão no território nacional. Obrigado.

## 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA

### Discursos Proferidos em 9/10/2003

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Poços de Caldas viveu seu período áureo na década de 30. O então Governador do Estado, o Presidente Antônio Carlos, fez de Poços de Caldas uma cidade de Minas para o Brasil. Obras foram iniciadas em 1926, sendo concluídas em 1930. Construiu o Palace Hotel, as Termas Antônio Carlos, o Palace Cassino e os jardins do centro da cidade. Urbanizou toda a região central de Poços de Caldas, fazendo dela a principal e mais importante estância hidromineral das Américas.

Essas obras foram inauguradas em 1930. Isso motivou Poços de Caldas, que passou a ser uma cidade cosmopolita, freqüentada assiduamente pela alta cúpula da República. O Presidente Getúlio Vargas e seu Ministério eram freqüentadores assíduos de Poços de Caldas. Não havia época em que Ministros com suas famílias não passassem temporada lá.

Tudo isso foi uma grande revolução. Poços de Caldas despertou numa ânsia de progresso, de desenvolvimento, desejando-se fazer presente na vida social e cultural do País. Viveu uma fase de euforia em 9/10/33, quando entrou no ar a Rádio Cultura de Poços de Caldas, com o prefixo PRHC5, que ficou famoso. Com suas ondas médias e curtas era captada no mundo inteiro. Essa rádio, que surgiu há 70 anos, fez parte da vida pujante, em todos os aspectos e sentidos, de Poços de Caldas. São 70 anos de presença marcante, de construção de uma cidade. Sempre presente e atuante, é tida como a principal rádio do Sul de Minas.

Neste dia, 9 de outubro - 70 anos da nossa Rádio Cultura -, presto homenagens à Rádio, à minha cidade e ao Diretor Francisco de Assis, que atuou na Rádio Bandeirantes como locutor de renome, principalmente na área dos esportes. Agora, é proprietário da Rádio Cultura de Poços de Caldas.

Presto homenagens ao Dr. Pedro Afonso Junqueira, a quem Poços de Caldas deve muito e que é nome do mais importante conjunto habitacional da cidade. Juntamente com José Ribeiro Rocha, fundou a Rádio Cultura, em 1933. Naquela época, não existia a tecnologia atual, pois, hoje, as rádios funcionam quase sozinhas, com poucos funcionários. A Rádio Cultura era dinâmica: fez telenovelas ao vivo, além de programas de auditório que revelaram muitos valores no campo das artes. Apesar de todas as dificuldades, Pedro Afonso Junqueira conduziu-a e consolidou-a como um importante meio de comunicação de Poços de Caldas e do Sul de Minas.

A estrutura do nosso Departamento Municipal de Eletricidade, exemplo para todo o Brasil, também foi montada por Pedro Afonso Junqueira. Poços de Caldas é a única cidade brasileira que possui uma estatal municipal de energia elétrica, que sempre foi muito bem e fornece energia de alta qualidade. Atualmente, está investindo fora dos limites do município e do Estado, gerando energia na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

A nossa antiga PRH-5, Rádio Cultura de Poços de Caldas, de tantas histórias, completa hoje 70 anos. Portanto, meus cumprimentos e meu abraço ao seu proprietário, Francisco de Assis, aos funcionários e a Poços de Caldas, que se faz merecedora por ser a sede dessa importante Rádio, a segunda instalada no interior de Minas Gerais. Sete de outubro de 2003, 70 anos de luta, de trabalho e de glória. Parabéns, Rádio Cultura!

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos hoje uma reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com a presença de representantes do DER, DNIT e das Polícias Rodoviária Federal e Militar. Discutimos a situação das balanças, o excesso de carga dos caminhões que trafegam em nossas rodovias, as denúncias de irregularidades nas obras de duplicação da BR-381, no período de 1987 a 1989.

Então, em cumprimento aos desígnios desta Casa, na busca da transparência das ações públicas, pela qual se pauta a Comissão de Transporte, promovemos, hoje, uma audiência com o fito de dar visibilidade aos fatos que geraram graves denúncias da mídia contra o DER. O foco de tais denúncias é a vultosa quantia paga: US\$52.000.000,00 pela remoção de solo mole no leito da Rodovia 381 no período de 1987 a 1989. Isso ocorreu na época da duplicação, cujas obras completam uma década.

Lamentavelmente, o DER não nos ofereceu as respostas, que vêm sendo cobradas por esta Casa desde o mês de abril, tendo sido o pedido reiterado em agosto. Essas respostas também foram cobradas pela Procuradoria da República. O Diretor de Construções do DER, Dr. Haroldo Carlos da Costa, e o Dr. Lindemberg Ribeiro Garcia, assessor representando o Diretor-Geral, Cel. Renato César do Nascimento, estiveram aqui, explicaram os fatos, mas não trouxeram documentos que amparassem os argumentos apresentados. Responderam à maioria das nossas indagações de forma evasiva e insatisfatória e prometeram enviar a documentação a essa Comissão até o dia 16, até mesmo aquelas relativas aos contratos com as empreiteiras executoras da obra. O DER deu-nos a entender que o órgão dá esse assunto por encerrado, sob o argumento de que os contratos em questionamento tiveram o aval do Tribunal de Contas, mas essa não é a opinião da Procuradoria e dos integrantes da Comissão de Transporte, particularmente do Deputado Laudelino Augusto, autor do requerimento que motivou essa audiência.

Os representantes do DER não souberam nominar as empreiteiras envolvidas no processo, não nos convenceram suas explicações pertinentes ao aditamento que variou de 80% a 109% das obras de retirada do solo mole e não nos informaram os nomes dos técnicos ambientalistas que acompanharam o trabalho. Ficou também sem resposta por que as empresas não detectaram o solo mole nas sondagens iniciais e por que o edital não prevê o volume total do material argiloso a ser retirado. Temos a resposta, senhores: foi porque a sondagem não detectou. Não responderam ainda qual a distância entre o eixo de uma pista a outra. Sobre esse assunto, entramos com requerimento solicitando seja feita uma sondagem a trado - aparelho de prospecção do solo -, para saber se há correspondência de solo entre as duas pistas.

Devo lembrar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiador da obra, também não se convenceu da seriedade dos números apresentados pelo órgão, tanto que pediu auditoria ao Ministério da Fazenda. Tal auditoria constatou que o DER estava pagando R\$16,00 o metro cúbico, para a retirada de solo mole, valor tão vultoso que, por exigência do Banco, o preço foi baixado para R\$4,00, valor aceito prontamente pelas empreiteiras.

Apresentamos requerimento solicitando informações sobre o total do valor retirado, a R\$16,00 e a R\$14,00, além dos contratos, pois existe aditamento de 80% e 109% dos contratos das consultorias de fiscalização. Isso afronta a Lei nº 8.666. A alegação do DER é que o aditamento nesse patamar foi exigido pelo BIRD. Há vários trechos de drenagem comprometidos, supostamente porque esse lençol de solo mole não foi retirado.

A reunião tratou, também, da ausência de balanças de pesagem de carga na malha viária, confirmada pelo DNIT e pelo Inspetor Waltair Vasconcelos Sobrinho, Chefe da Seção de Policiamento da Polícia Federal. Sem essa fiscalização, que há dois anos tem sido tratada com descaso pelo Governo Federal, continuaremos pagando com vidas o preço de uma malha viária depreciada pelo peso das cargas. Não há fiscalização nem dinheiro para consertar as consequências desse descaso. O Inspetor informou à Comissão que, a partir do trecho de Sete Lagoas, aproximadamente 98% das cargas estão irregulares, com excesso de peso. A Polícia Rodoviária Federal não tem recursos humanos para fiscalizar. Há balanças, mas não há quem as opere, pois as empresas que as operavam foram caloteadas. Soma-se a isso o fato de o contingente da Polícia Federal no Estado contar com apenas 730 homens para fiscalizar 6 mil quilômetros. Até agosto, foram feitas 1.945 notificações de cargas acima do peso. Das 17 balanças previstas, apenas 5 estão instaladas, mas não funcionam. A promessa é que a situação seja normalizada até o final do mês, e acredito nessa promessa como acredito em Papai Noel. Segundo o Inspetor Waltair, o maior volume de infrações verificadas no transporte de carga além do limite é de responsabilidade dos transportadores de areia e carvão, principalmente na região de Sete Lagoas.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte) - Apresentamos um substitutivo ao requerimento do Deputado Gil Pereira com várias perguntas sobre a questão do solo mole, e um dos argumentos usados nas respostas, hoje pela manhã, foi que o assunto já foi dado por encerrado, que o Tribunal de Contas já teria considerado as explicações suficientes.

É bom deixar claro que esse assunto não está esclarecido para a Assembléia e o Ministério Público. Estamos com três requerimentos do Ministério Público na Comissão de Transportes, solicitando o resultado dos nossos trabalhos. Nós, como Deputados, representantes do povo, temos a missão constitucional de fiscalizar, inclusive o Tribunal de Contas. Fazemos o que é nosso dever e nossa obrigação.

Em 18 de agosto, estivemos na BR-381, Fernão Dias, junto com o Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, quando assinou o término das obras da BR. Ele deixou claro que no Brasil, daqui para frente, só começarão obras que puderam ser terminadas. Começa e termina. Já dura dez anos a reforma e duplicação da BR-381. Um dos argumentos usados é que estavam com pressa, pois havia prazos. Interessante, mas se passaram dez anos. Claro que temos de ouvir. Estamos aguardando resposta de vários requerimentos. A audiência que realizaremos esclarecerá mais ainda.

Finalmente, com relação ao excesso de peso do transporte de cargas, solicitamos realização de audiência pública na Assembléia sobre o assunto, tanto nas rodovias federais e estaduais, quanto nas ferrovias. Haverá audiência para estudarmos a possibilidade da volta do trem mineiro de passageiros e de carga, o que ajudará a solucionar vários problemas, inclusive os das rodovias, tão precárias e cheias de buracos. Parabéns pelo pronunciamento. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Outra fragilidade do sistema de fiscalização, revelada na nossa reunião, é que os transportadores usam duas notas fiscais, uma real e outra com peso fictício, aquela que é apresentada aos patrulheiros, que não possuem poder legal de questionar o peso, uma brecha da lei que precisamos questionar.

Solicitamos que a polícia esteja junto aos Fiscais da Fazenda, porque assim não há como apresentar outra nota. O Governo precisa intensificar essa fiscalização porque perde receita, e vidas estão sendo ceifadas. Informaram-nos que o inspetor pegou uma carreta que estava com excesso de 30t. Como parar essa carreta na rodovia?

Em respeito ao bolso do contribuinte, que vive à mercê dos riscos de acidentes, em nossas estradas, cujo ciclo de vida é aquém do desejável por falta de fiscalização, quero hoje anunciar que cobrarei a instalação desses equipamentos até o último dia deste ano.

A comissão estará atenta. Iniciamos uma das séries de reuniões para tratar desse assunto. Visitaremos as BRs, pontuaremos para o Governador e o Secretário e para registro nesta Casa, onde o Governo precisa atuar com urgência, pois as chuvas vêm por aí. Obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galerias, a Comissão de Direitos Humanos realizou, nesta quarta-feira,

audiência histórica em Ipatinga. No dia 7 de outubro, o massacre de Ipatinga, pior do que se falava, completou 40 anos. Operários da usina e de empreiteiras lutavam por condições dignas de trabalho, e, depois de muita tensão, a polícia, perdendo o controle, disparou as metralhadoras contra cerca de 10 mil trabalhadores, na porta da fábrica. Até então falava-se sobre a morte de sete ou oito. Entretanto, o Sr. Geraldo, Presidente do sindicato, em depoimento, disse haver contado os mortos: 30 operários e 1 criança de 3 meses de idade. Segundo reportagem do "Novo Cruzeiro", um fotógrafo também foi assassinado. Muitos fatos históricos foram revelados, e sobreviventes prestaram depoimento na Câmara Municipal de Ipatinga, em audiência realizada por esta Casa. A Polícia Militar luta contra abuso e ferimento dos direitos humanos. Se bandido, o sujeito deve ser preso, sofrer as penalidades. Mas não cabe à polícia julgar se o indivíduo deve ser morto ou não.

Vivíamos o Golpe de 1964. Um documento histórico foi revelado na reunião. O Cel. José Geraldo, Secretário de Segurança, vários Deputados, como Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani, Geraldo Quintão, Edgar da Mata Machado, Secretário do Trabalho e outros foram a Ipatinga. Com os trabalhadores e a direção da empresa, assinaram acordo lido em praça pública, que continha fatos estarrecedores. A USIMINAS prometeu que seus vigilantes não abusariam da autoridade para com os operários, já que as marmitas eram revistadas na saída e os trabalhadores, sitiados, como em campo de concentração; e comprometeu-se a absorver os trabalhadores e a pagar pensão às viúvas das vítimas. Todavia, transcorridos 40 anos, nem viúvas nem trabalhadores foram indenizados. Um trabalhador que perdeu a perna nunca mais conseguiu emprego. O fato foi absurdo e chocante. Depois do Golpe de 1964, todos os documentos originados de CPI promovida por esta Casa desapareceram.

Não ficou um documento da CPI que comprovava a responsabilidade primeira da USIMINAS pelo massacre. Essa empresa assinou um acordo comprometendo-se a ressarcir e indenizar as vítimas. Uma série de itens constava do acordo. A CPI sumiu. A assessoria da Comissão de Direitos Humanos desta Casa verificou nos arquivos que somente consta o pedido de realização de CPI. Os outros documentos e as revistas da época sumiram. O arquivo do sindicato foi queimado.

Não se passa uma borracha em cima da história. O brilhante Rui Barbosa, envergonhado, foi autor da proposta para que se baixassem os arquivos das torturas da escravidão. Superaremos a história, enfrentando-a.

Como cabe à USIMINAS a responsabilidade, a Comissão de Direitos Humanos aprovou um requerimento para convocarmos o Presidente dessa empresa a vir a esta Casa, a fim de falar também sobre a omissão. Deputado Miguel Martini, a empresa tentou passar uma borracha nessa história. Sabemos que a direção atual da empresa não é responsável pelo massacre que ocorreu há 40 anos. Seria insensato qualquer cidadão pensar de outra maneira. Porém, cabe à empresa, que era estatal na época, assumir a sua culpa.

Neste momento fundamental que vivemos, devemos encarar que, na história do Brasil, houve tortura, assassinato, dizimação de índios e a vergonhosa escravidão. Devemos assumir essa realidade para que nunca mais isso ocorra. Somente recuperaremos a história se fizermos justiça e homenagearmos os que tombaram.

Hoje cabe à USIMINAS retratar-se perante a história, e não fugir dos fatos como fez em Ipatinga, dizendo que não tinha responsabilidade alguma. As leis do trabalho atuais asseguram que, quando um trabalhador está no trajeto da residência até o trabalho, o que ocorrer fará parte da vida laboral. Pasmem, senhores, com a hipocrisia! Tudo ocorreu fora da sede da empresa, e os operários estavam no portão.

Há um monumento abandonado na porta da USIMINAS homenageando os trabalhadores assassinados naquele dia. A Comissão esteve no local e continuará com os trabalhos. A representante do Governo do Estado, que possui o honroso sobrenome do Martino, estava presente e ficou chocada com o que ocorreu. Aliás, representou os Secretários João Leite e João Batista. O Governo do Estado solicitou às famílias que se organizem. É um absurdo, depois de 40 anos. Vários familiares e vítimas disseram que não desejam dinheiro ou pensão, mas justiça, pois já houve muito sofrimento. A justiça deve ser feita.

Então, o Governo do Estado pediu às famílias que formulassem um pedido, para que sejam incluídas na lei da anistia a fim de obterem pensão. Aliás, encaminhamos também ao Governo do Presidente Lula. O Sr. Nilmário Miranda, Secretário de Direitos Humanos, abrirá um processo para que assumamos e resgatemos essa chaga da nossa história, ou seja, o assassinato de 30 trabalhadores e de uma menina de três meses.

Ontem, quarta-feira, esta Casa cumpriu o seu papel em nome do Plenário. Certamente todos os partidos, Deputados e Deputadas estarão juntos com a Comissão de Direitos Humanos, para que, finalmente, seja feita justiça à memória dos que tombaram. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nesta semana em que o Coral da Assembléia está completando dez anos de cantoria, gostaria de trazer nossas manifestações. Se assim o faço, faço na pessoa da Presidente Elma Jacob, caríssima amiga, servidora de meu gabinete, que tem dado, acima de tudo, uma dedicação exclusiva ao nosso Coral. Quem não o conhece, vale a pena conferir. Formado por servidores desta Casa, tem se apresentado não somente aqui, como também em vários estabelecimentos e igrejas. É muito importante termos um coral, porque, por meio da música, interpretamos o sentimento da alma, extravasamos alegria, o que faz bem para o íntimo de cada um. Neste momento não poderia deixar de registrar a nossa saudação, para transmitir a todos os participantes nossos votos de felicitações. Tenho nesta Casa um projeto que pretende declará-lo de utilidade pública e irei precisar da aprovação dos senhores. Com certeza, numa reunião especial que faremos nesta Casa, iremos render nossas homenagens ao Coral, prestigiando os valores da Casa. A prata da casa realmente é o nosso Coral.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)\* - Quero apenas somar-me a V. Exa. nessas congratulações, nesse reconhecimento pelo belíssimo trabalho, pela dedicação e pela forma como esses abnegados funcionários da Assembléia têm atuado, levando a todos os lugares onde vão o nome da Assembléia Legislativa. Sou testemunha porque, nas diversas vezes em que os convidei, prontamente aceitaram, cedo, tarde ou em qualquer horário, atendendo a todos os convites para se apresentarem em almoços, jantares, cafés da manhã de oração que fazemos para os políticos e empresários de Minas Gerais. Estiveram na homenagem que prestamos neste Plenário à Comunidade Canção Nova e estão sempre abrilhantando nossas festas. Apresentaram-se também no café da manhã de oração que realizamos no Tribunal de Contas. São realmente artistas, personagens que encantam a todos aqueles que têm o privilégio e o prazer de ouvi-los. Parabéns a V. Exa. por essa lembrança. Somamos nossos parabéns e nossas congratulações. V. Exa. tem nosso apoio para essa iniciativa a favor do Coral.

Ontem houve uma matéria de uma emissora de televisão mostrando, em São Paulo, os músicos da Polícia Militar percorrendo as ruas e entrando nos ônibus, portando de um lado a arma e de outro, o instrumento musical, o que gerou um bem-estar muito grande e uma sensação agradável em todos os que estavam no local. É isso mesmo que faz o artista. Parabéns a todos eles e a V. Exa., por essa lembrança.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

Finalizando, quero dizer à Casa que, a partir de hoje, Minas Gerais tem o seu mais ilustre filho. Por meio de decreto do Governador Aécio Neves publicado no diário oficial, foi outorgado o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao renomado arquiteto, conhecido internacionalmente, Oscar Niemeyer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tive a iniciativa de propor essa medida, esse pedido do Legislativo, que busca, acima de tudo, mostrar a gratidão do povo mineiro à ímpar figura de Oscar Niemeyer. Nascido no Rio de Janeiro, encontra-se no meio do povo mineiro por intermédio de suas linhas arquitetônicas, desde a Pampulha ao Palácio das Artes, e das mais variadas obras por ele traçadas e rabisçadas.

Tenho certeza absoluta de que nosso agradecimento não poderia ser de outra maneira. É um cidadão que tem uma vida extraordinária pelo seu encanto e sua inteligência. Agora, receberá neste Plenário o maior título que Minas Gerais poderia outorgar a quem não é nascido no Estado. Título de Cidadão Honorário, como prova de reconhecimento.

Sabemos da importância da outorga de um título de cidadania. Hoje, duas são as modalidades. A primeira, quando o cidadão nasce naquele chão e adquire a sua personalidade, conforme o Código Civil, tornando-se efetivamente cidadão nato. Para isso, é feita a sua certidão de nascimento com o local onde nasceu. A outra modalidade é irmanada pelo sentimento, pela gratidão, pelo devotamento e pela história do cidadão com relação ao Estado.

Estou muito feliz em ver na primeira página do diário oficial que o meu projeto tornou-se realidade, outorgando à figura invejável de Oscar Niemeyer o título de cidadão honorário de Minas Gerais. Solicitamos à Presidência, com assessoria do Governador, a fixação da data para a reunião solene para entrega do título. Minas vai reconhecer o valor extraordinário de Oscar Niemeyer por meio da outorga do título de cidadão honorário de Minas Gerais assinado pela Assembléia e pelo Executivo do Estado.

Caríssimos Deputados e Deputadas, acabamos de realizar mais uma reunião da Comissão Especial da Cafeicultura. Vejo à minha frente o Deputado Laudelino Augusto, Vice-Presidente da Comissão, que, como os demais companheiros, não tem medido esforços para que o café seja efetivamente valorizado pelo trabalho e pelo seu valor incontestável.

Parabenizo o Governador Aécio Neves por ter ido, terça-feira, a Brasília, para cobrar do Presidente Lula uma ação enérgica, firme e conclusiva. A Comissão Especial da Cafeicultura tem essa finalidade, e semanalmente está buscando, nos mais variados órgãos, desde a produção até a comercialização do produto final, orientações para que a nossa relatoria se fortaleça.

Na próxima segunda-feira, discutiremos esse grande momento no Sul de Minas, na cidade de Machado, grande produtora de café, onde todos os segmentos da cafeicultura estarão presentes. Até novembro, quatro serão as regiões que visitaremos, colhendo informações, experiências e, acima de tudo, questionamentos importantíssimos, que são, para nós, um verdadeiro aprendizado. Temos a certeza de que o Deputado Laudelino Augusto comunga da mesma posição, sob o comando firme do nosso Presidente da Comissão, Deputado Paulo Piau.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte) - Confirmando o convite para a nossa audiência pública que será realizada em Machado, na próxima segunda-feira, à tarde. Convidamos a todos, Deputados e Deputadas e cafeicultores de todo o Estado, principalmente do Sul de Minas. Nessa ocasião, estaremos discutindo a cafeicultura, especialmente os cafés especiais. Essa reunião acontecerá na Escola Agrotécnica Federal de Machado, cujo corpo docente está elaborando os convites, com expectativa enorme. Todos os produtores do Sul de Minas, na maioria pequenos e praticando a agricultura familiar, estão empenhados nesse evento. A nossa Comissão está prometendo bons resultados, pois nos alegra trabalhar nessas comissões "pró-ativas", que contribuem com o desenvolvimento do Estado. Quando unimos forças e fazemos parcerias, tudo acontece. Os Governos Estadual e Federal, as indústrias e os trabalhadores têm frequentado as nossas audiências internas. A cada dia fica mais claro que, com essa parceria, conseguiremos para Minas Gerais um aumento da produção e da qualidade, garantindo a comercialização do nosso café. O nosso Estado produz 53% do café do Brasil, que é o maior produtor mundial. O senhor está de parabéns como relator. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Laudelino Augusto. Ontem a Assembléia Legislativa passou por dois momentos importantes. Por intermédio de nossos requerimentos, foram realizadas duas audiências públicas. Na primeira, discutimos o fornecimento de energia elétrica no Município de Monte Sião. Vários questionamentos estão sendo realizados há longa data. Ontem o Presidente da CEMIG assumiu, efetiva e publicamente, o compromisso de resolver essa questão emergencial.

No período da tarde, discutimos a crise hoteleira de Minas Gerais. Estamos passando por uma situação caótica no que diz respeito à manutenção da rede hoteleira. Segundo dados, os hotéis não estão utilizando mais que 60% de sua capacidade. Todos estão trabalhando no vermelho. Alguns estão fechando suas portas, gerando desemprego. Durante dois anos, cinco hotéis de excelência foram fechados em Belo Horizonte. As notícias estão chegando ao nosso conhecimento. Vários hotéis estão se posicionando até o final do ano. Temos de nos unir neste momento tão importante. O ramo da hotelaria gera emprego. Belo Horizonte tem sido a Capital dos negócios. Quantos seminários e discussões importantes têm sido realizadas em nossa Capital! Temos recebido muitos turistas. Minas Gerais tem por excelência sua hospitalidade, a maneira com que recebe seus hóspedes. Mais uma vez, afirmo o nosso compromisso de estar junto aos hoteleiros, aos pousadeiros e a todos os profissionais do ramo, para buscarmos uma solução para as dificuldades da hotelaria mineira.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Agradeço-lhe e parabenizo-o pelo seu pronunciamento. Cumprimento os Srs. Deputados. Registro que hoje está sendo lançado pelo Governador Aécio Neves e pelo Secretário Marcus Pestana o Programa Viva a Vida, que tem a pretensão, a ousadia de diminuir em 25% a mortalidade infantil em Minas Gerais. Realmente, é uma meta ousada e necessária. Trata-se de cumprimento de promessa de campanha. O Programa Viva a Vida vai criar várias unidades de UTIs neonatais em localidades onde houver necessidade. É grande a carência dessas UTIs em nosso Estado.

Além disso, as maternidades receberão "kits" para se tornarem mais bem aparelhadas. A licitação começa agora. O "kit" consta de berço aquecido, mesa de parto e outros equipamentos que servirão para melhorar sua capacidade de trabalho. Vários desses hospitais já trabalham com preços defasados, de acordo com a tabela do SUS. Logo, médicos e funcionários são abnegados. Vários municípios foram atendidos. A seguir, citarei exemplos de hospitais de municípios que têm feito um bom trabalho e estão sendo reconhecidos: os hospitais de Taiobeiras, Salinas, Rio Pardo, São João do Paraíso, no Alto Rio Pardo, Mirabela, Brasília de Minas, São Francisco, nossa querida Montalvânia, cujo Prefeito, Dr. José, é médico, Pirapora, Buritizeiro, Várzea da Palma, Bocaiúva, Grão-Mogol, Santa Casa de Porteirinha e o Hospital Universitário de Montes Claros, que já presta grande trabalho e vai melhorar mais ainda sua UTI neonatal e sua maternidade, visto que é um hospital amigo da criança.

Parabenizo o Governador Aécio Neves, o Secretário Marcus Pestana e a equipe da Secretaria da Saúde, que tiveram a ousadia de lançar esse programa de atendimento a praticamente toda Minas Gerais, principalmente à região mais sofrida do Norte de Minas e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado. Fico feliz com sua intervenção. Ressalto, mais uma vez, a seriedade do Governador Aécio Neves e do Secretário Marcus Pestana, que tem encarado de frente os problemas da saúde no Estado. Hoje é realmente um dia festivo para a saúde. Esperamos que o Governo possa cumprir o compromisso de promover uma saúde de primeiro nível no Estado. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/10/2003, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando José de Arimathéa Silveira Marques do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Vânia Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Lúcio Flávio Batista Faria para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Pedro Dias Pereira Nogueira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Renata Silva Alves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, c/c o inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/2001, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/2001, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, e conforme o Parecer nº 4.270, de 17/5/2002, da Procuradoria-Geral da Casa, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 23/8/2003, a servidora Lilian Jabour Amorim de Souza, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.